

149 Justiça condena 4.º deputado do Prona por fraude

*Eleito em outubro,
Elimar é acusado de
declarar endereço falso
e pode ser impugnado*

ALEXANDRA PENHALVER
e FAUSTO MACEDO

A Justiça condenou ontem, por fraude, o deputado federal eleito pelo Prona Elimar Damasceno. O juiz da 1ª Zona Eleitoral (Bela Vista), Luiz Augusto de Siqueira, concluiu que o pronista declarou endereço falso quando pediu sua transferência do Rio para São Paulo. O Ministério Público constatou que Elimar reside com sua família em Magé (RJ), onde é presidente municipal do Prona e mantém atividade profissional. De acordo com a sentença, "não ficou comprovado o vínculo" de Elimar com a cidade de São Paulo.

Elimar é o quarto deputado eleito pelo Prona condenado a ser excluído do cadastro de eleitores por declaração falsa de endereço. Antes dele, foram condenados Vanderlei Assis, Ildeu de Araújo e Irapuan Teixeira. A sentença abre caminho para a promotoria eleitoral pedir impugnação da diplomação de Elimar e tentar impedir sua posse. Elimar não foi localizado para falar sobre a condenação. Familiares informaram que ele estava no Rio.

A diplomação dos pronistas ocorrerá hoje na Assembléia, junto com o governador Geraldo Alckmin (PSDB), o vice-governador Cláudio Lembo (PFL), senadores e seus suplentes, e todos os deputados estaduais (94) e federais (70) eleitos. O presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), desembargador José Mário Cardinale, vai presidir a solenidade. Elimar foi eleito com 484 votos. Seus colegas também receberam votação inexpressiva. Juntos, os quatro pronistas somaram 1.514 votos, mas foram beneficiados pelo critério da proporcionalidade. O líder do Partido da Reedificação da Ordem Nacional, Enéas Carneiro, recebeu 1,57 milhão de votos — é recordista de votos da história da Câmara.

Decoro — Ontem à noite, os integrantes da Comissão Especial de Sindicância da Câmara municipal começaram a examinar o texto do relatório do vereador Milton Leite (PMDB), que recomenda abertura de Comissão Processante para "aprofundamento das investigações" sobre suposto esquema de cobrança de dinheiro de candidatos do Prona.

O esquema teria sido comandado pela vereadora Havanir Nimitz, deputada estadual eleita com 681,9 mil votos. Havanir afirma que o dinheiro era referente à venda de "cartilhas de doutrinação" do Prona, feitas pelo presidente nacional do partido, Enéas Carneiro. O dinheiro arrecadado era depositado em uma conta da Editoria e Livraria Enéas Carneiro. Parte dos recursos ia para uma conta de Havanir, segundo ela admitiu. Na semana passada, a Procuradoria Regional Eleitoral requereu à Corregedoria do TRE quebra do sigilo bancário e fiscal de Enéas, Havanir e dos outros eleitos do Prona.